

O TRABALHO COM FAMÍLIAS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

WORK WITH FAMILIES IN INSTITUTIONAL CARE FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS

Daiana Cristina do Nascimento¹
Ana Cristina Nassif Soares²

RESUMO: O presente artigo trata-se do resultado parcial da dissertação de mestrado, cuja pesquisa visou avaliar a atuação profissional das instituições de acolhimento do município de médio porte, Uberaba (MG) na efetivação do direito à convivência familiar, aqui compreendido como o trabalho com famílias. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental reportando-se aos referenciais teóricos relacionados com o objeto de estudo. Para o aprofundamento do objeto de pesquisa, utilizou-se o método dialético, e como base teórica, o materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada pesquisa de campo em três das cinco instituições de acolhimento do município de Uberaba (MG). Participaram cinco profissionais, sendo dois assistentes sociais e três psicólogos. A intenção inicial era entrevistar um assistente social e um psicólogo de cada instituição, ou seja, seis sujeitos. No entanto, um profissional não demonstrou disponibilidade no período de obtenção de dados. Foram realizadas entrevistas com roteiro norteador de perguntas semiestruturadas. Esses depoimentos foram gravados, transcritos, lidos e analisados. Os resultados da pesquisa demonstram que o trabalho com famílias realizado pelas instituições de acolhimento não consegue garantir o direito à convivência familiar.

¹Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), daiananascimento@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/2528087490569939>.

²Psicóloga, Doutora, docente da graduação e da pós-graduação em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), anassif48@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/5661965411719050>.

Palavras-chave: Famílias. Trabalho com famílias. Acolhimento Institucional. Criança e Adolescente.

ABSTRACT: *This article deals with the partial result of the master's dissertation, whose research aimed to evaluate the professional performance of the host institutions of the medium-sized city, Uberaba (MG) in the realization of the right to family life, here understood as working with families . A bibliographic and documentary research was performed referring to the theoretical references related to the object of study. To deepen the research object, the dialectical method was used, and as a theoretical basis, the historical-dialectical materialism, with a qualitative approach. To achieve the proposed objective, a field research was carried out in three of the five host institutions in the city of Uberaba (MG). Five professionals participated, being two social workers and three psychologists. The initial intention was to interview a social worker and a psychologist from each institution, i.e. six subjects. However, a professional did not demonstrate availability during the data collection period. Interviews were conducted with a guiding script of semi-structured questions. These statements were recorded, transcribed, read and analyzed. The research results show that the work with families carried out by the host institutions cannot guarantee the right to family life.*

Key-words: *Families. I work with families. Institutional Hosting. Child and teenager.*

INTRODUÇÃO

O trabalho com famílias nesta conjuntura tem se mostrado propenso a perspectivas moralizantes, à reiteração de traços conservadores e à culpabilização dos indivíduos a partir das matrizes positivas, com a revalorização da moral cristã. O estudo das famílias pode mover-se tanto nas construções ideológicas, quanto na organização da vida social capaz de articular os planos econômico, cultural e psicológico. O trabalho com famílias enfatizado no presente estudo, se dá no âmbito do acolhimento institucional, espaço esse em que há a

judicialização das expressões da questão social, das famílias e das crianças e adolescentes.

As equipes que atuam nos serviços de acolhimento institucional devem fazer cumprir as diretrizes estabelecidas no ECA, no seu artigo 90, incisos I e III, que determinam que as instituições de proteção são responsáveis pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes em regime de orientação e apoio sociofamiliar, e pela colocação familiar.

No município de Uberaba (MG), a gestão do CREAS de forma integrada com as instituições de acolhimento criou um fluxo para o atendimento das famílias. A partir da análise crítica, é notório que no primeiro momento as crianças e adolescentes, ao serem acolhidos, ingressam na instituição sem nenhuma informação. Na coleta de informações, fica claro que os profissionais da equipe técnica (assistente social e psicólogo) e o coordenador ficam incumbidos de procurar informações na rede de serviços.

Os órgãos que encaminham para a instituição de acolhimento, o Judiciário, o Conselho Tutelar e o CREAS, já deveriam explicitar o motivo do acolhimento, bem como disponibilizar as informações da família, para que, posteriormente, os técnicos da instituição, munidos de informações, contassem a rede de serviços, visando aprofundar tais informações e propor intervenções intersetoriais.

Nesse sentido, intenta-se avaliar os serviços prestados pelas instituições de acolhimento num município de médio porte, Uberaba (MG), bem como conhecer a atuação profissional das referidas instituições na efetivação do direito à convivência familiar. O ponto de partida desta pesquisa foi dado pelas inquietações oriundas

do exercício profissional desta pesquisadora, com a viabilidade de serem acolhidas e remetidas ao plano da reflexão crítica através de um processo investigativo e sistemático, sob a luz do método marxiano.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada pesquisa de campo em três das cinco instituições de acolhimento do município de Uberaba (MG), sendo que participaram cinco profissionais, dois assistentes sociais e três psicólogos. A intenção inicial era entrevistar um assistente social e um psicólogo de cada instituição, ou seja, seis sujeitos. No entanto, um profissional não demonstrou disponibilidade no período de obtenção de dados. Para o aprofundamento do objeto de pesquisa, utilizou-se o método dialético, e como base teórica, o materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa.

No decorrer do texto foram utilizados pseudônimos para denominar os profissionais das instituições de acolhimento, sujeitos da pesquisa; os psicólogos foram denominados de Marilena Villas Boas Pinto³, Iara Iavelberg⁴ e Aurora Maria Nascimento Furtado⁵, discentes e profissionais da área da Psicologia que foram mortos na ditadura militar. Os assistentes sociais foram denominados de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira⁶ e de

³Estudante de Psicologia da Universidade Santa Úrsula - Rio de Janeiro, guerrilheira, militante, torturada e assassinada na ditadura militar.

⁴Psicóloga graduada pela Universidade de São Paulo, professora, guerrilheira, militante, torturada e morta na ditadura militar.

⁵Estudante de Psicologia da Universidade de São Paulo, militante, brutalmente torturada e assassinada na ditadura militar.

⁶Foi um estudante e militante do movimento estudantil brasileiro, símbolo da resistência contra a ditadura militar, irmão da Rosalina Santa Cruz, professora do curso de Serviço Social da PUC-SP, assistente social e militante de direitos humanos.

Cândida Moreira Magalhães⁷. Nesta dissertação serão homenageados, reiterando a luta dos mesmos em prol de justiça e o repúdio desta pesquisadora a qualquer forma de tortura e cerceamento da liberdade.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho é categoria fundante da práxis e da vida do homem em sociedade. Através da transformação da natureza, o homem supre suas necessidades básicas de sobrevivência. Nas comunidades primitivas, a divisão sexual do trabalho se consolidava entre homens e mulheres, sendo a riqueza produzida compartilhada por todos os membros da tribo. Não havia ainda a propriedade privada, como explicitado no primeiro item deste capítulo.

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de transformação da natureza, de forma gradativa foi sendo produzido o excedente. Este passou a ser objeto de troca, de comercialização. Apenas mediante o trabalho pode-se produzir riqueza social, bem como a transformação da matéria que resulta na produção de bens para o suprimento das condições de sobrevivência dos homens.

A objetivação imposta e determinada pelo trabalho determina a venda da força de trabalho em troca de salários que vão garantir o consumo de mercadorias como valor de uso. O homem, em virtude das complexidades de processos transformadores e das suas relações sociais, resulta no ser social que construiu suas próprias objeções com base na arte, na ciência e na filosofia, entre outras vertentes da vida em sociedade. “Esse processo apenas se

⁷Assistente social cearense, presa duas vezes por suspeita de envolvimento com a esquerda, por noventa dias sem qualquer tipo de comunicação, foi torturada todos os dias, sendo que saía inconsciente e toda urinada das sessões de tortura.

torna possível através da práxis que traz em seu bojo resultados materiais (presente na realidade factual) e idealizados (processo abstrato) ” (NETTO, 2011, p. 41).

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador produz mercadorias, mas não se enriquece; ele se reduz à mercadoria, pela lógica do sistema em que se encontra inserido. Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir (MARX, 2004).

Nos postos de trabalho, se efetiva a exploração do homem pelo homem. Os profissionais não se objetivam neste espaço, por mais que o compreendam como mecanismo de subsistência. Os espaços de produção e reprodução não propiciam aos trabalhadores a abstração, a construção de um pensamento crítico e reflexivo, com vistas a desmistificar as questões que incidem no aparente e no processo de trabalho. Assim, o proletariado vai se transformando em massa de manobra estritamente carnal, física.

No modo de produção operante, há o excedente de produção, porém, com a divisão antagônica entre os portadores dos meios de produção e os vendedores da sua força de trabalho, apenas uma parcela majoritária se apropria das riquezas socialmente produzidas.

Os modos de produção encontram-se atrelados a contextos históricos distintos, alicerçados em três pilares: os meios de produção (instrumentais utilizados), o objeto de trabalho (a matéria na qual incide a força de trabalho) e a força de trabalho (a força motriz que modifica a matéria). A força de trabalho não é valorizada, ao passo que os trabalhadores estão submissos a condições precárias de trabalho, num sistema perverso que visa tão somente ao lucro, através da mais-valia.

O exercício profissional atrelado à lógica da exploração do homem pelo homem está voltado para a burocratização, para a racionalização do trabalho. Segundo esta perspectiva funcionalista-positivista, as ações dos profissionais estão ancoradas na fiscalização da pobreza, reproduzindo de forma mecanicista e alienada a execução de políticas públicas na oferta dos mínimos sociais. As expressões da questão social ainda estão sendo compreendidas de formas isoladas, dissociadas da totalidade, sendo ofertados serviços pontuais e fragmentados.

A burguesia precisa se legitimar ante a classe trabalhadora, agindo como pseudo agente neutro e regulando as relações sociais por meio da força física e ideológica. De acordo com Netto (2011), a sociedade civil expressa as contradições do capitalismo, sendo a força de trabalho que sustenta o modelo econômico consubstanciado em uma alienação acarretada pelo trabalho mecanicista e reprodutivo.

1. O TRABALHO COM FAMÍLIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Como aponta em seus estudos, para Engels (2000), o termo família é derivado de *famulus* (escravo doméstico), expressão inventada pelos romanos para designar a eclosão de um novo organismo social entre as tribos latinas, a partir da introdução da agricultura e da escravidão. Este organismo social era composto por um chefe que mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e os escravos.

Na contemporaneidade, inexistente um conceito unívoco para a caracterização do que é ser família, mesmo com a imposição ideológica do modelo nuclear como o

“correto”, “o jeito certo de se viver em família”. É que “a história da família é descontínua, não linear e não homogênea, consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história e suas próprias explicações” (POSTER, 1981, p. 100).

Direitos universais são relegados a condições de mínimos existenciais; recursos são destinados ao que é considerado prioritário pela esfera estatal, que fortalece a iniciativa privada e o setor econômico em detrimento do social. A “discrepância se dá entre a realidade objetiva da intensificação das desigualdades sociais e a hipótese da sociedade de pleno emprego e do consumo massificado” (SIMÕES, 2013, p. 257).

Como efetivar o direito à convivência familiar para crianças e adolescentes em condição de miserabilidade e acolhimento institucional, em um dos países mais desiguais do mundo? Na contemporaneidade, mesmo com os avanços das legislações e das políticas públicas, crianças e adolescentes estão sendo retirados do poder familiar em virtude da desproteção do Estado, que não possibilita o acesso aos direitos básicos para subsistência do público aludido. Como ratifica Miotto (2010), às famílias nesse contexto refletem a desigualdade estrutural por elas suportada, a qual dicotomiza e limita as condições de sobreviver em sociedade.

Seguindo a mesma perspectiva de Miotto (2010), Fávero (2001) assevera que:

No interior de um quadro de extrema pobreza vivida pela família, muitas crianças terminam indo para um abrigo, são abandonadas ou entregues para adoção. São crianças que têm a violência social como cenário de “circulação” mesmo antes do seu nascimento, período este em que suas mães não tiveram o acesso a serviços

apropriados para o atendimento pré e perinatal, entre outros [...]. Mães que também, muitas das vezes, viveram uma história de abandono, não tendo contato com o apoio social e familiar para o respaldo econômico e afetivo no momento em que passaram a ter outro ser humano sob sua completa dependência (FÁVERO, 2001, p. 14, grifo do autor).

As famílias desprotegidas que, em sua grande maioria não possuem acesso aos direitos básicos e às políticas sociais experienciam as diversas expressões da questão social, estando expostas ao desemprego, às flexibilizações (trabalho informal, bicos), ao alcoolismo, ao uso de drogas, aos maus-tratos e às manifestações associadas, na maioria das vezes, às distintas faces da violência. Como efeito, a própria família é negligenciada e não recebe do poder público os cuidados e a atenção necessários, através do acesso aos serviços essenciais. Esta condição certamente contribui para que a família não desempenhe sua função protetiva, expondo seus membros, de modo especial crianças e adolescentes, à situação de violação de direitos.

Neste contexto, como destaca Barroco:

O conservadorismo tem encontrado espaço para se atualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e racionalistas, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade (BARROCO, 2011, p. 210).

De acordo Iara Lavelberg, profissional da Casa Araceli:

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.

Conhecer é a dinâmica familiar, como é o vínculo daquela família com a criança, o que é, quais foram fazer o mesmo diagnóstico da família, quais foram os problemas familiares que resultaram na institucionalização, o que é que preciso ser trabalhado, o que a família já consegue reconhecer, o que ainda tem resistência (Iara Lavelberg).

A fala da profissional demonstra a relevância da formação e dos aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo utilizados pelos profissionais. Parte-se de uma perspectiva de compreensão das famílias como sujeitos de direitos inseridos num sistema que os oprime e não lhes propicia o acesso aos subsídios básicos para a sobrevivência, corroborando diretamente para a violação de direitos, que não é uma escolha, mas consequência de um ciclo de reprodução permeado de violências; ou caem na armadilha de individualizar e culpabilizar as questões de desproteção.

O plano de intervenção, as legislações já preconizam o Plano Individual de Atendimento (PIA) como mecanismo de planejamento de intervenções, ou seja, no fluxo, a elaboração do termo de compromisso entre equipes e responsáveis deveria ser substituído por elaboração do PIA. Como materializar metas no trabalho com famílias, com seres sociais que vivenciam condições complexas na luta pela sobrevivência? Em três meses, como a família alcançará as metas? Como irão desconstruir questões sócio-históricas e culturais na maneira de entender o cuidado? Com as vastas filas de espera e a dificuldade de acesso aos serviços, como em três meses a família vai buscar os serviços e se adequar para que seus filhos retornem ao seio familiar, se em uma

vida eles não conseguem acessar seus direitos, até porque as políticas públicas não atendem à demanda como um todo?

A avaliação demonstra que os prazos e metas não atendem às necessidades das famílias, mas aos prazos estipulados pelo Poder Judiciário. O acolhimento serve a quem? Para crianças e adolescentes, ou como uma estratégia para que os equipamentos públicos demonstrem que algo está sendo realizado para os ditos abandonados? Pelas vivências que esta pesquisadora obteve no contato com os profissionais, as instituições de acolhimento estão em uma posição a serviço do Judiciário, e não de buscar estratégias de fortalecimento para as famílias de origem ou extensas.

Este posicionamento não se configura como uma crítica no sentido de responsabilizar as instituições de acolhimento, até porque se a rede de prevenção, proteção básica e de média complexidade tivessem conseguido cumprir o seu trabalho, não haveria necessidade da existência do acolhimento institucional. Mas para cumprir seu trabalho, o poder público precisa oferecer condições para tanto.

Nas três instituições de acolhimento – amostra da pesquisa –, os assistentes sociais e os psicólogos são os responsáveis pelo trabalho com famílias, aqui entendido como a intervenção mediadora para a efetivação do direito à convivência familiar. Como versa a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) de 2011, os referidos profissionais fazem parte da equipe técnica do acolhimento, que deve ser constituída por no mínimo um assistente social e um psicólogo para no máximo 20 usuários.

As instituições estudadas atendem a essa diretriz, tendo em vista que nenhuma ultrapassa a quantidade de 20 acolhidos. Ainda de acordo com a NOB-RH/SUAS, o trabalho deve ser realizado de forma interdisciplinar com as famílias, a comunidade de origem da criança e ou adolescente que foi acolhido, objetivando a reintegração familiar com a parceria da rede socioassistencial.

As crianças e os adolescentes foram retirados da convivência familiar com o intuito de protegê-los de uma situação de risco e de violação de direitos. No entanto, se preconiza a reintegração familiar, mas não se oferecem diretrizes nem condições de trabalho para a realização de intervenções com as famílias, sejam elas de origem ou extensas.

Os profissionais que compõem as equipes técnicas ficam incumbidos de atender às demandas complexas trazidas pelos acolhidos, acompanhar as famílias, solicitar intervenções e inserção na rede de serviços, o que já é um grande desafio. Além disso, respondem aos órgãos que compõem o Judiciário e esclarecem quais ações estão sendo realizadas para que crianças e adolescentes retornem à convivência familiar, quando possível.

Segundo Silveira:

Na verdade, as alternativas de atendimento precisam considerar o fato recorrente complexo sobre as famílias, de que não são elas que escrevem suas próprias histórias. Em função disso, o ideal seria que esta crescente demanda fosse enfrentada por um plano de trabalho abrangente, criativo e eficiente, que respeitasse as idiossincrasias deste contexto social específico (SILVEIRA, 2002, p. 72).

Partindo da perspectiva de que as famílias das crianças e adolescentes em situação de acolhimento não escolhem suas trajetórias, mas são condicionadas e determinadas, faz-se necessária a construção de um Plano de Trabalho condizente com as reais necessidades dessas famílias que sobrevivem por meio de trabalhos informais e precarizados, dentro do mínimo. O Plano de Trabalho deveria ser fomentado de maneira coletiva, incluindo os gestores, os profissionais e as políticas públicas intersetoriais, bem como as famílias, as crianças e os adolescentes em processo de acolhimento.

Mas o que garantiria que este Plano, como muitas legislações que ficam apenas na ordem abstrata, se efetivaria? É preciso acreditar nos profissionais que se encontram mobilizados por esta causa, diante de um cenário permeado por desmontes e precariedades.

Das metodologias voltadas às famílias, apenas a Casa Araceli realiza um grupo com as famílias, como explicita a profissional da referida instituição.

Realizamos os grupos com eles, semanalmente, para não perder o vínculo com essas famílias, se estão caminhando conforme foram encaminhados, se estão efetivamente dentro do serviço encaminhados e convivendo com eles durante a semana. Durante os encontros semanais, a gente caminha junto para ter a noção sobre o dia a dia e saber realmente o que está acontecendo com essas famílias. Uma vez por semana, das 13h às 14h; às vezes se estende um pouquinho mais, porque a gente vai conversando e vai fluindo. Trazemos um tema ou eles sugerem, como família, institucionalização, o que eles mais desejam para seus filhos, o que mudou depois da institucionalização,

quais as perspectivas após o acolhimento (Cândida Moreira Magalhães).

Cabe evidenciar que o fazer profissional das referidas profissões não foi aprofundado na pesquisa. Trata-se de uma escolha desta pesquisadora, pois o objetivo da pesquisa é analisar o serviço de alta complexidade/ acolhimento institucional, bem como conhecer as intervenções realizadas para a efetivação do direito à convivência familiar.

Indagada acerca da metodologia de trabalho adotada pela equipe técnica, a profissional da Casa Araceli afirmou:

A gente trabalha em equipe, em conjunto o Serviço Social e a Psicologia, a partir do momento da institucionalização. Faz a busca da família, faz os atendimentos psicossociais, e aí começa a procurar o motivo, ouvir da família. Toda a equipe faz, não só o Serviço Social. Quando a gente atende uma família, leu todos os relatórios, está ciente do que está acontecendo, e aí a gente vai colher da família o entendimento dela para o que trouxe esse acolhimento dos seus filhos, e a gente começa a trabalhar a dificuldade do que essa família enfrenta para conseguir seus filhos de volta. Aí a gente faz as visitas domiciliares e todo esse trabalho de atendimento com elas semanalmente, quinzenalmente, tentando os encaminhamentos, para que elas possam ter apoio para a evolução e a reestruturação familiar, para terem seus filhos de volta (Iara Lavelberg).

A partir das entrevistas realizadas, foi possível detectar que as instituições possuem autonomia no que

tange à realização no trabalho com as famílias, sendo a visita domiciliar “uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar” (AMARO, 2003, p. 13).

Sobre a periodicidade das visitas, os profissionais da Casa Marcos Vinicius e da Casa Araceli afirmam:

Não tem um tempo, depende do nosso. Talvez de semana em semana, de duas em duas semanas. Tem semanas que são muito apertadas para relatórios, consultas médicas. Às vezes, mandam os educadores, mas acaba que um de nós sempre muitas vezes não está aqui, e sempre tentamos fazer junto, nunca individual (Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira).

Antigamente as crianças tinham direito a receber uma visita por semana. Agora a gente tenta ampliar o máximo possível: visitas três vezes por semana ou até visitas diárias, nos finais de semana. A gente não se limita a uma hora estritamente de visita; a gente tenta fazer o mais humanizada possível essa convivência com a família (Cândida Moreira Magalhães).

Mesmo com a visita social muito utilizada, não há uma linearidade definida quanto à sua periodicidade. O acompanhamento das famílias não é contínuo, no sentido de realizar sucessivas visitas domiciliares, trabalhando de forma gradativa as demandas das famílias, a partir do que faz sentido para elas. “Há possibilidade de mudança dentro da vida familiar cotidiana. A lenta e gradativa transformação das coisas miúdas do cotidiano pode levar a grandes transformações históricas e sociais” (BRUSCHINI, 1997, p. 66).

Sobre a metodologia adotada na Casa Araceli e a compreensão das famílias atendidas, a profissional explicita:

Investimento familiar, a partir do diagnóstico que a gente faz do da questão familiar que motivou o acolhimento da criança, seja de dependência química, negligência, violência familiar, três exemplos de diagnósticos que a gente faz. Se depois de um trabalho de encaminhamento para tratamento da dependência química ou tratamento psicoterápico, enfim, se a família não se compromete com esses encaminhamentos, não se mobiliza ou mesmo não demonstra interesse em superar essas dificuldades, nem se interessa em manter contato com a criança, aí a gente entende que os recursos que a gente poderia utilizar para poder trabalhar com essa família foram esgotados. Porque se a gente encaminha família para poder tratar aquele problema que ocasionou na institucionalização da criança, chama para as reuniões familiares, chama para os atendimentos psicossociais, vai às visitas domiciliares e vê que a casa continua na mesma situação em que estava antes do acolhimento, mesmo diante das orientações e advertências (Lara Lavelberg).

Fica claro que nas visitas domiciliares, após a escuta das famílias, os profissionais instituem uma receita a ser seguida. Esta contém várias adequações, consolidando-se numa troca. Para que as famílias ou integrantes possam ter seus filhos de volta, precisam se “reestruturar”, como esclarece a fala da psicóloga da Casa Araceli, caracterizando o familismo, a responsabilização da família pelo cuidado de seus membros.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.

O papel do cuidado ainda se encontra atrelado à figura materna; ocorre a responsabilização da mulher, como fica claro nas palavras de Aurora, profissional da Casa Marcos Vinicius: “mas a gente se pergunta, como assim doze filhos? A gente espera que a mãe tenha afeto, vínculo com a criança”. A autora Badinter (1985) em sua obra, um amor conquistado: o mito do amor materno, explica que o termo mito denota a naturalização dos papéis femininos acerca da maternidade e da maternagem.

A autora ao analisar a relação das mães com os filhos, nos séculos XVII e XVIII, constatou que a morte de uma criança não era vivenciada com dor e sofrimento, pois poderia ser substituída por outro filho. Através de depoimentos autênticos, as mães expõem a face verdadeira da maternidade, que gera esgotamento, renúncia, desencanto, afinal a mulher não apenas mãe, possui várias maneiras de se objetivar enquanto ser relacional que é.

Que vem a ser esse instinto que se manifesta em certas mulheres e não em outras? Em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só passa se realizar na maternidade? Como saber se o desejo legítimo de maternidade não é um desejo em parte alienado, uma resposta às coerções sociais? Como ter certeza de que esse desejo de maternidade não seja compensação de frustrações diversas (BADINTER, 1985, p. 353-354).

As coerções sociais e históricas insistem em colocar as mulheres no ambiente privado, na esfera doméstica, a cumprirem sua função reprodutora, de ser mãe. Posicionamento este disseminado nas mídias, tomando como exemplo, um bebê foi encontrado

abandonada na lata de lixo, as pessoas já começam a questionar: “Mas que mãe é essa que não ama um filho?”.

A sociedade precisa entender que, mesmo se for o desejo da mulher ser mãe, o amor por seu filho será construído no cotidiano, até porque esse filho é um outro ser humano e para se amar, precisa-se se vincular, o afeto é construído, ninguém nasce amando ninguém, é um processo. O mito do amor materno é uma ideologia dominante, com raízes patriarcais, na divisão sexual do trabalho.

Indagado sobre as dificuldades para que crianças e adolescentes retornem ao convívio familiar e comunitário, o profissional da Casa Marcos Vinicius revelou que:

Dificuldade foi da rede para com essas famílias; já a maioria dessas famílias, devido à dependência química, fica impossibilitada de acolher os jovens. É um fator relevante, muito pouco apoio da rede básica para essas famílias. Muitas delas nem conhecem o CRAS; se conhecem é por causa do Bolsa Família. É mesmo falta de acompanhamento, de saúde (Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira).

A fala do profissional da Casa Marcos Vinicius ratifica que, se por um lado, as famílias ocupam um lugar central no âmbito das políticas públicas, as famílias atendidas, em sua grande maioria, são desprotegidas pelo poder público e não possuem suas necessidades sociais garantidas. Ou seja, não possuem acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à habitação, à moradia, à segurança e aos demais serviços essenciais à sua subsistência, e ainda são cotidianamente expostas ao desemprego, à flexibilização do trabalho, ao aumento do

uso abusivo de álcool e psicoativos, ao comércio de drogas; em suma, às distintas faces da violência.

De acordo com Gomes:

Temos a impressão de que a miséria, a vida precária e deplorável de um grupo familiar e, sobretudo, o abandono de crianças são fruto da irresponsabilidade da família. Porém, a evidência parece inequívoca: à criança abandonada, objeto de violência, alheia, civil ou militar, correspondem às famílias abandonadas, objeto primeiro de violência social, institucionalizada (GOMES, 1995, p. 61).

Antes de as crianças e adolescentes ingressarem no acolhimento institucional, suas famílias foram abandonadas pelo Estado, fator que certamente contribuiu para que elas não desempenhem suas funções protetivas, já que suas condições objetivas e subjetivas estão condicionadas e determinadas pela sociedade capitalista, e seus membros são expostos cotidianamente a situações de violação de direitos. As expressões da questão social e violações de direitos supramencionados são comprovados na fala da profissional da Casa Araceli:

Já houve situações de a gente não conseguir um desacolhimento no tempo que a gente poderia conseguir, porque a gente não conseguiu na rede uma avaliação psicológica para um pai. Havia uma suspeita de abuso, mas era inconsistente, e a gente precisava trabalhar em cima daquilo. O último recurso que a gente poderia contar para fechar mesmo o nosso parecer seria uma avaliação psicológica, e a gente demorou muito para conseguir, e acabou que isso prejudicou a criança, que

precisou ficar na instituição mais tempo, em função dessa falta de recurso da rede. É outra violação de direito que a criança sofre, fica impedida de voltar para a convivência familiar em função de algo que o Estado, o município não consegue oferecer para ela (Iara Lavelberg).

As políticas públicas têm como centralidade a família, principalmente a PNAS; todavia, o governo não garante estrutura física, material e recursos humanos para que os serviços sejam ofertados. Dessa forma, o acesso não se efetiva, consubstanciando o ciclo reprodutivo, em que o Estado cerceia os direitos dos indivíduos, os indivíduos estão inseridos em um núcleo familiar que vivencia cotidianamente as diversas expressões da questão social e, conseqüentemente, viola os direitos dos seus semelhantes.

Como assegura a profissional da Casa Araceli:

Nesse último ano, a gente conseguiu a desinstitucionalização das crianças para suas famílias, mas o que falta na grande parte das institucionalizações muitas das vezes é falha da própria rede que deixa chegar até aqui, que falha lá embaixo em coisas tão pequenas que poderiam ser resolvidas. Se os atendimentos e os serviços fossem oferecidos de maneira simples e correta, não precisava chegar ao atendimento da proteção especial (Iara Lavelberg).

Outros fatores que têm dificultado o trabalho da equipe é o diálogo intersetorial entre as políticas públicas e a ausência de acesso aos serviços, visto que a rede de proteção não dialoga entre si, e quando há comunicação,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.

não há a efetivação do serviço solicitado, uma vez que as políticas públicas não atendem às demandas em sua totalidade.

As falas dos profissionais suscitam reflexões no sentido de se pensar em quais formas de violação é necessário o acolhimento institucional. Por que é tão complexo pensar em prevenção no Brasil? O termo prevenção remete aos acompanhamentos com as famílias que deveriam ser realizados pela rede de proteção, mas que o Estado não realiza devido a uma posição política sempre a favor do capital.

Como arguiu a Aurora Maria Nascimento Furtado, profissional da Casa Marcos Vinicius: “Como a gente vai trabalhar aqui sem internet? É complicado. Por exemplo, hoje, um menino precisava fazer pesquisa de trabalho para poder ver uma matéria, para responder em casa; eu tive de colocar no meu celular”. Como efetivar o direito à convivência familiar sem condições de trabalho, num espaço permeado por demandas complexas?

Sobre a reintegração familiar, a profissional Casa Araceli argumenta:

A gente percebia a vontade de progresso desses pais, de evolução para melhorar as condições de seus filhos, mas hoje parece que estão mais estagnados, que estão institucionalizados. Infelizmente a gente consegue poucos resultados com esses pais, o comprometimento deles. Talvez tenham vontade, mas não têm estrutura para dar aquele impulso e prosseguir na sua evolução, para conseguir seus filhos de volta. Mas a potencialidade mesmo é o querer, aquele forte vínculo que existe entre as crianças e suas famílias, para a reestruturação e o restabelecimento deles

dentro da família (Cândida Moreira Magalhães).

No que tange à participação da família no processo de reintegração familiar, a profissional da Casa das Marias expõe:

A maior dificuldade é participar da família, que geralmente eles não estão dispostos. Têm os encaminhamentos, as orientações que eles precisam mudar, adaptar, que estão pondo os adolescentes em risco. Não são todos que se ajustam, que estão dispostos a participar. Se a gente oferece curso, indica local de emprego para procurar, não vão, não dão retorno, e muitas vezes nem vêm nas visitas (Marilena Villas Boas Pinto).

As famílias que não conseguem seguir a “receita” de adequações são estereotipadas e criminalizadas com a destituição do poder familiar. Trabalhar com essas famílias vai além de orientações imediatas. Trata-se de compreendê-las a partir de uma perspectiva de totalidade, entendendo a situação de desproteção que o sistema capitalista impõe, legitimado pelo Estado como um “comitê da burguesia”. Pela fala dos profissionais fica clara a culpabilização das famílias, a expectativa de um protagonismo familiar que não vai se consolidar. Entende-se que o acolhimento institucional compõe o ciclo reprodutor da culpabilização e da desresponsabilização do Estado, que não investe em políticas públicas; logo as famílias não possuem acesso aos direitos básicos, nem conseguem exercer o cuidado proclamado como ideal.

Há no primeiro momento a criminalização da pobreza, e posteriormente a judicialização, quando ocorre a inserção dos seus filhos no acolhimento institucional.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019.

Porém, como a rede repassou o “problema” para a esfera da proteção de alta complexidade, esta precisa responder. A resposta dada consiste em atender os prazos do Judiciário e alegar a curto prazo que as famílias não atingiram as metas. As expressões da questão social ficam relegadas à esfera da psicologia, da individualização, da meritocracia, sob o discurso de que os filhos não retornam para as famílias porque elas não querem, pois já foram realizados todos os encaminhamentos e elas não aderem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à metodologia de trabalho para a efetivação do direito à convivência familiar, está se consolidando a partir da realização de visitas domiciliares. Apenas os profissionais da Casa Araceli desenvolvem um grupo com as famílias uma vez por semana, perfazendo a carga horária de uma hora. Na fala dos profissionais foi possível detectar discursos conservadores e culpabilizadores nas intervenções com as famílias: de que estas não possuem o desejo de ter seus filhos de volta e apresentam uma postura passiva em face das adequações que precisam ser feitas. As diversas faces da violência são naturalizadas, e alguns profissionais, pelas condições de formação e de trabalho, adotam a perspectiva imediata, assumindo os discursos moralistas, preconceituosos e vexatórios para intervenção e compreensão da realidade.

Os profissionais que trabalham no acolhimento institucional precisam ter acesso a essas discussões através da formação continuada. Dos 5 (cinco) entrevistados, apenas 2 (dois) possuem pós-graduação, mas não na área da criança e do adolescente. Aproximar-se das novas legislações e atualizar-se sobre os novos debates é uma

necessidade do profissional para que ele não caia nas amarras do neoconservadorismo e viole o direito dos usuários.

Os profissionais precisam de uma sólida bagagem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para uma leitura crítica da realidade social, visando intervenções que busquem superar o imediatismo apresentado no cotidiano profissional. Faz-se necessária a mobilização dos profissionais, com vistas a problematizar as manifestações das expressões da questão social que atravessam seus cotidianos, mediante a apreensão particular, singular e universal nas suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais da conjuntura contemporânea

Devem participar de espaços e coletivos que busquem a organização e a mobilização política da classe trabalhadora, bem como ocupar os espaços de controle social, institucionalizados e não institucionalizados; realizar o trabalho de base com os usuários e demais trabalhadores e galgar o entendimento de que as famílias em situação de desproteção e pauperismo são resultado da apropriação escabrosa e desigual das riquezas produzidas no sistema capitalista.

Essa mobilização se materializa com a ocupação dos espaços de discussões e reflexões, através do trabalho de base realizado pelos profissionais, de modo peculiar, o assistente social, uma vez que esta categoria assumiu as expressões da questão social supracitadas como seu objeto de trabalho. Salieta-se que a luta pela afirmação de direitos é uma luta contra o capital, sistema esse tutelado por um Estado privatizado e clientelista, que adia as possibilidades de reformas democráticas e posterga a ampliação de direitos.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2).

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In **Sociologia Crítica e Militante**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In Maria do Carmo Brant de Carvalho (org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo:EDUC /Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying public policy**. Policy cycles and policy subsystems. Oxford: University Press, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. Tradução de Mário Duayer. In: István Mészáros. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Ensaio, 1987. p. 47-74.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv.Soc.Rev.** Londrina, v.12, n.12, p.163-176, jan./jun. 2010.

MOTA, Ana Elisabeth. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões sobre política social como política pública e direito à cidadania. In **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez. 2008.

SIMÕES, Carlos. **Teoria e crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez, 2013.